

PROCESSO SELETIVO  
PROGRAMA RESIDÊNCIA JUDICIAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE  
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE



PROCESSO SELETIVO  
PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
ANO 2013

FORMAÇÃO FUNDAMENTAL

1. No que tange às relações e diferenças entre o mundo da natureza e o mundo da cultura, reflexões que antecedem à compreensão do próprio fenômeno jurídico, assinale a alternativa correta:

I - No mundo da cultura, as relações são marcadas por valores e influenciadas por aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos e éticos, dentre outros. Possui relatividade, motivo pelo qual seus postulados não são necessariamente exatos, mas sim contextuais.

II - O direito é fenômeno cultural e não natural porque representa o resultado de processos adaptativos e valorativos do homem (caráter axiológico dos fenômenos da cultura), enquanto que a natureza é o resultado da adaptação de meios a fins (caráter finalístico dos fenômenos da natureza), daí a diferença entre leis culturais e leis naturais.

III - De uma maneira geral, as leis culturais tendem a enunciar juízos de valor, ou seja, caracterizam-se pela tomada de posição do sujeito em relação a determinado objeto ou fato, atribuindo-lhe um significado. Deste universo se diferenciam as leis jurídicas, dado que possuem a pretensão deliberada de disciplinar as condutas humanas. Neste último caso, as leis culturais assumem a forma de "regra" ou "norma".

IV - O mundo da natureza compreende tudo aquilo que existe independentemente da atividade humana e, assim como o mundo da cultura, explica a realidade a partir de referências valorativas ou pontos de vista diversos.

V - A cultura é tudo aquilo que se constitui a partir do que acrescentamos à natureza. Por isso, ela produz bens materiais (físicos) e bens imateriais (simbólicos) e para ambos os casos o homem intervém sobre o mundo da natureza com o objetivo de realizar determinados fins. A cultura implica, enfim, valores e escolhas que fixam o fim a ser buscado pelo homem.

A. ( )	Apenas I e III e V estão corretas
B. ( )	Apenas II, III e V estão corretas
C. ( )	Apenas II, III e IV estão corretas
D. ( )	Apenas I e IV estão corretas
E. ( )	Apenas III e IV estão corretas

2. Sobre o direito enquanto produto da cultura e da história, assinale a alternativa correta:

I - O direito se encontra na realidade de todos os seres humanos, independentemente das suas circunstâncias concretas quanto a estarem ou não vivendo em coletividade.

II - Para a existência do direito, necessário que as leis físicas estejam de acordo com as leis jurídicas, uma vez que entre o direito e a realidade deve existir uma harmonia essencial.

III - O direito é caracterizado como uma experiência humana, presente na história da humanidade desde a época primitiva. Assim, enquanto fenômeno histórico-cultural, constitui-se tanto como processo da cultura quanto como seu produto e em ambos os casos o aspecto axiológico se faz presente.

IV - Destaca-se como uma das diferenças entre as leis naturais e as leis culturais o fato de que nas primeiras o que une os seus elementos são relações de *causalidade*, enquanto que no mundo da cultura as relações que se estabelecem entre os homens são juízos de valor, implicando uma adequação de *meios a fins*.

V - O direito é a ordem existente entre a comunidade de homens para garantir sua convivência social, apenas se distinguindo da ordem existente entre as demais comunidades de animais pelo fato de ser um instrumento de regulação escrito e sistematizado.

A. ( )	Apenas I e III estão corretas
B. ( )	Apenas II, III e V estão corretas
C. ( )	Apenas II, III e IV estão corretas
D. ( )	Apenas II, IV e V estão corretas
E. ( )	Apenas III e IV estão corretas

3. Ao afirmar que a Ciência Política colaborou para a desmistificação do direito enquanto um espaço neutro de valores e isento de interesses, esse ramo do conhecimento colabora para o destaque de um dos temas centrais da chamada "Sociologia dos Tribunais". Neste sentido, é correto afirmar que:

A. ( )	A Ciência Política passou a estudar o direito como um fórum de discussões processuais, cuja finalidade é orientar as reformas do Poder Judiciário.
B. ( )	O direito é percebido como um <i>locus</i> no qual se discute a normatividade abstrata da lei, rumo à solução harmoniosa dos conflitos e a realização do bem comum.
C. ( )	É comum, na Ciência Política, associar o direito a um sistema de regras próprias e capaz de encontrar em si o suficiente e necessário para o seu funcionamento autônomo.
D. ( )	Os tribunais são os espaços forenses, nos quais os processos se desenrolam e neste sentido os processos jurídicos são resultados dos processos sociais.
E. ( )	Os tribunais são espaços de decisão e poder, sendo eles também um <i>locus</i> de reprodução das relações de força e de influência que estão numa esfera ainda mais ampla e global.

**4. Sobre Controle e Mudança Social, é correto afirmar que:**

**I - Ambos decorrem do fenômeno das interações sociais.**

**II - Na relação entre o direito e a mudança social, quando esta ocorre, a implicação jurídica imediata é a consequente alteração do direito enquanto forma de controle social, de modo que o direito reconhece, através de suas normas, a nova realidade social.**

**III - O que caracteriza o fenômeno da mudança social é o fato de que a sociedade é um espaço de negociações harmônicas, que de forma consensual e coletiva promove transformações contínuas.**

**IV - Tanto o controle quanto a mudança social serão mais eficazes quanto maior for a adaptação dos membros da sociedade a seus impactos.**

**V - No controle social ocorre o que se chama na sociologia de "processo de socialização", enquanto que na mudança social temos modificações na organização da sociedade como resultado de sua natureza dialética.**

A. ( )	Apenas I e III estão corretas
B. ( )	Apenas II e III estão corretas
C. ( )	Apenas I, II e IV estão corretas
D. ( )	Apenas I, IV e V estão corretas
E. ( )	Apenas III e IV estão corretas

**5. Marque a opção correta acerca do Direito Objetivo e do Direito Subjetivo:**

A. ( )	Os direitos subjetivos relativos são aqueles que podem ser exigidos a todos os membros da coletividade.
B. ( )	A <i>norma agendi</i> é aquela que restringe a conduta humana e por isso está à sua disposição o uso da coercibilidade.
C. ( )	Direito Subjetivo é o direito ordenado e institucionalizado pelo Estado.
D. ( )	A alienação e a renúncia são formas de extinção do direito subjetivo, fatos estes que se configuram quando o titular de um direito subjetivo dele se despoja, transferindo-o para outra pessoa.
E. ( )	Por direito objetivo se compreende o conjunto de normas de comportamento que disciplinam a conduta social de forma imperativa e revestida de sanção. Por isso, o direito objetivo é aquele que estabelece um poder de ação a favor dos indivíduos para que, livremente, façam uso de suas faculdades garantidas pela norma.

**6. A respeito das fontes do direito objetivo, assinale a alternativa INCORRETA:**

A. ( )	No Brasil, a adoção da súmula vinculante no âmbito constitucional tem como fundamento o princípio da segurança jurídica, evitando-se que questões idênticas sejam decididas de forma diferente.
B. ( )	Na doutrina pátria, ao teorizar sobre o tema das súmulas vinculantes, é entendimento pacífico ter o denominado 'precedente persuasivo' força obrigatória sobre o julgador, devendo ele seguir seus fundamentos.

C. ( )	A expressão 'fontes do Direito' possui duas acepções: aquela relacionada às causas ou origens dos preceitos normativos, sejam elas remotas ou próximas, e aquela relacionada aos meios de manifestação ou expressão do próprio Direito. Contudo, a doutrina dogmática tradicional tem consagrado apenas o segundo aspecto mencionado, o que se explica pela sua adesão ao quadro teórico positivista.
D. ( )	Dentre as classificações para as fontes do direito, existe aquela que as divide entre <i>fontes materiais</i> e <i>fontes formais</i> , sendo as primeiras as circunstâncias materiais que deram impulso à criação da norma, enquanto que as segundas seus meios de expressão.
E. ( )	Como uma das fontes do direito objetivo, a <i>lei</i> seguiu a tendência codificadora do fenômeno jurídico, enquanto forma de garantir segurança e certeza às relações, bem como de dar maior mobilidade para a produção atualizante do Direito face às constantes mudanças da realidade concreta.

**7. A respeito das relações entre ética, direito e moral assinale a alternativa correta:**

**I - Embora estas esferas se distingam, existe entre elas um vínculo essencial, dado que todas estabelecem regras que buscam disciplinar o comportamento humano.**

**II - Mesmo situados como formas de controle social (regras sociais), o direito e a moral se distinguem, em virtude de elementos que lhe são próprios e que influenciam, principalmente, no grau de obediência ou obrigatoriedade que cada sistema atinge no meio social, a exemplo do elemento da coercibilidade, presente no direito e não da moral.**

**III - Enquanto o direito é bilateral e autônomo a moral é unilateral e heterônoma.**

**IV - Segundo a Teoria do Mínimo Ético, direito e moral não se diferenciam, uma vez que o primeiro é parte desta, munido de garantias específicas para o seu cumprimento. Esta ideia pode ser bem representada pela imagem dos *círculos secantes*.**

**V - A Ética é o estudo geral do que é bom ou mau, de modo que um dos seus objetivos é a busca de justificativas para as regras propostas pela Moral e pelo Direito. Esta reflexão sobre a ação humana é o que a caracteriza.**

A. ( )	Apenas I e III estão corretas
B. ( )	Apenas I, II e III estão corretas
C. ( )	Apenas II e V estão corretas
D. ( )	Apenas I, IV e V estão corretas
E. ( )	Apenas III e IV estão corretas

**8. A reflexão aristotélica quanto à ética compreende duas categorias de virtudes: as virtudes morais, fundamentadas na vontade, e as virtudes intelectuais, baseadas na razão. Dentre as virtudes morais, encontra-se a justiça que, para o autor, é o próprio objetivo da ação moral. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:**

A. ( )	Em Aristóteles, a justiça possui dois sentidos, um sentido lato e um sentido estrito. No primeiro, a justiça representa o exercício de todas as virtudes, observando-se a instância da <i>alteridade</i> , enquanto que em sentido estrito, a justiça representa uma virtude ética que implica o princípio da <i>igualdade</i> .
--------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

B. ( )	Para Aristóteles, a justiça é um conjunto de conceitos, um ideal.
C. ( )	Do ponto de vista aristotélico, o homem é um ser social e precisa do coletivo para sobreviver. Por isso, o filósofo propõe dois tipos de justiça: a justiça geral e a justiça particular.
D. ( )	Para Aristóteles, a justiça é uma espécie de "meio-termo", portanto, uma virtude, pois leva o homem a desenvolver uma atitude equilibrada entre um excesso e uma falta. Ou seja, para o filósofo "in medio stat virtus" (a virtude está no meio).
E. ( )	Em Aristóteles, enquanto a justiça representa algo intermediário (meio-termo ou equilíbrio), a injustiça se relaciona com os extremos.

**9. Sobre hermenêutica e interpretação do direito, assinale a alternativa correta:**

**I - Entende-se por interpretação da norma jurídica a fixação de seu sentido e alcance, sendo destinada ao intérprete a liberdade de extrair do texto legal qualquer sentido dentre os possíveis.**

**II - A hermenêutica e a interpretação se conjugam no propósito de problematizar os pressupostos, a natureza, a metodologia e o escopo do trabalho interpretativo sobre o discurso legal, de modo que se torna possível a precisão dos significados da terminologia jurídica e a uniformidade de soluções judiciais.**

**III - No estudo das Escolas Hermenêuticas, registra-se um dualismo metodológico que contempla correntes subjetivistas e objetivistas da interpretação. A primeira defende que a finalidade da interpretação jurídica é encontrar a vontade ou intenção do legislador (*mens legislatoris*), enquanto a segunda defende que o objeto da interpretação é o sentido objetivo do texto de lei (*mens legis*), ou seja, a vontade da lei, dado que para esta última corrente a norma possui uma "vontade objetiva" que se desprende da vontade do legislador.**

**IV - A corrente objetivista de interpretação da norma jurídica é aquela que busca superar a fase do codicismo típico da Escola da Exegese, extraindo dos textos legais o sentido mais razoável que estes carregam e adaptando o texto aos critérios de justiça e oportunidade, próprios de cada época.**

**V - Com o surgimento do pós-positivismo, os métodos hermenêuticos do direito sofrem transformações em suas premissas teóricas, filosóficas e ideológicas, sobretudo na interpretação constitucional. Agora, esta se vê renovada pelo reconhecimento da normatividade dos princípios, pela percepção de colisão entre normas constitucionais e direitos fundamentais, pela necessidade do uso da ponderação como técnica de decisão e pela reabilitação da razão prática enquanto fundamento de legitimação das decisões judiciais. Como efeito, os demais elementos tradicionais da hermenêutica jurídica perdem sua utilidade e aplicação.**

A. ( )	Apenas III e IV estão corretas
B. ( )	Apenas II e III estão corretas
C. ( )	Apenas I, II e IV estão corretas
D. ( )	Apenas I, IV e V estão corretas
E. ( )	Apenas I e III estão corretas

**10. "A Psicologia Jurídica surge nesse contexto, em que o psicólogo coloca seus conhecimentos à disposição do juiz (que irá exercer a função julgadora), assessorando-o em aspectos relevantes para determinadas ações judiciais, trazendo aos autos uma realidade psicológica dos agentes envolvidos que ultrapassa a literalidade da lei, e que de outra forma não chegaria ao conhecimento do julgador por se tratar de um trabalho que vai além da mera exposição dos fatos; trata-se de uma análise aprofundada do contexto em que essas pessoas que acorreram ao Judiciário (agentes) estão inseridas. Essa análise inclui aspectos conscientes e inconscientes, verbais e não-verbais, autênticos e não-autênticos, individualizados e grupais, que mobilizam os indivíduos às condutas humanas" (SILVA, Denise Maria Perissini da. Psicologia Jurídica, uma ciência em expansão. Psique Especial Ciência & Vida, São Paulo, ano I, no. 5, p. 06-07, 2007).**

**A partir do fragmento acima e da contribuição da Psicologia Jurídica para o Sistema de Justiça e o Direito, assinale a alternativa correta:**

**I - A Psicologia Jurídica corresponde a toda aplicação do saber psicológico às questões relacionadas ao saber do Direito.**

**II - O termo Psicologia Jurídica é uma denominação genérica das aplicações da Psicologia relacionadas às práticas jurídicas, enquanto Psicologia Criminal, Psicologia Forense e Psicologia Judiciária são especificidades aí reconhecíveis e discrimináveis.**

**III - A Psicologia Jurídica possui vários campos de atuação, mas não pode se confundir com outras áreas do saber, a exemplo da Criminologia, cujo fim é estudar as condições psíquicas do criminoso e o modo pelo qual nele se origina e se processa a ação criminosa.**

**IV - O psicólogo, ao concluir o processo da avaliação requerido por um integrante do sistema de justiça, pode recomendar soluções para os conflitos apresentados, o que se converterá no fator determinante de fixação dos procedimentos jurídicos que deverão ser tomados.**

**V - A Psicologia Criminal é um subconjunto da Psicologia Forense, abrangendo seu campo de atuação, dentre outros, a Psicologia do delinquente, a Psicologia do delito e a Psicologia das testemunhas.**

A. ( )	Apenas III e IV estão corretas
B. ( )	Apenas I, II e V estão corretas
C. ( )	Apenas I, II e IV estão corretas
D. ( )	Apenas I, IV e V estão corretas
E. ( )	Apenas I e III estão corretas

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**11. Sobre os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:**

A. ( )	A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
B. ( )	A República Federativa do Brasil buscará a integração apenas no âmbito social e cultural dos povos da América Latina, visando à

	formação de uma comunidade latino-americana de nações.
C. ( )	A República Federativa do Brasil tem como fundamentos, dentre outros, construir uma sociedade livre, justa e solidária e garantir o desenvolvimento nacional.
D. ( )	Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros, o pluralismo político e a soberania.
E. ( )	A República Federativa do Brasil é formada pela união dissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

**12. [...] há como sustentar que, além da íntima vinculação entre as noções de Estado de Direito, Constituição e direitos fundamentais, estes, sob o aspecto de concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, bem como dos valores da igualdade, liberdade e justiça, constituem condição de existência e medida legítima de um autêntico Estado Democrático e Social de Direito, tal qual como consagrado também em nosso direito constitucional positivo vigente. (SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 9 ed. rev. atual e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p.72).**

**Quanto aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar:**

A. ( )	As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não têm aplicação imediata.
B. ( )	Os direitos da segunda geração são os direitos da liberdade e têm por titular o indivíduo, a saber, os direitos civis e políticos.
C. ( )	Os direitos e garantias fundamentais podem ser abolidos por emenda constitucional.
D. ( )	Os poderes públicos estão vinculados aos direitos fundamentais e seus atos devem conformidade a tais direitos, sob pena de se exporem à invalidade se os relegarem.
E. ( )	Todas as normas constitucionais relativas a direitos fundamentais são autoaplicáveis.

**13. Em relação ao Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:**

A. ( )	O ingresso na carreira da magistratura ocorre, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.
B. ( )	Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
C. ( )	A garantia da vitaliciedade, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
D. ( )	Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios

	será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.
E. ( )	O CNJ é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

**14. O princípio da supremacia formal da Constituição exige que todas as demais normas do ordenamento jurídico estejam de acordo com o Texto Constitucional. Acerca do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção correta:**

A. ( )	O controle de constitucionalidade concentrado garante a qualquer órgão judicial incumbido de aplicar a lei a um caso concreto o poder-dever de afastar a sua aplicação se a reputar incompatível com a ordem constitucional.
B. ( )	As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade não produzirão eficácia contra todos nem efeito vinculante, atingindo apenas as partes litigantes.
C. ( )	Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
D. ( )	Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em noventa dias.
E. ( )	Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**15. Quanto à improbidade administrativa, é correto afirmar:**

A. ( )	Para a caracterização de ato de improbidade que importe enriquecimento ilícito do agente, é necessária a configuração de dano ao erário.
B. ( )	Na hipótese de concurso de infrações a tipos diversos (arts. 9º, 10 ou 11 da Lei 8.429-92) aplica-se o princípio da consunção ou absorção para prevalecer a norma de nível punitivo mais elevado.
C. ( )	No caso de ato de improbidade administrativa que cause lesão ao erário (art. 10), é imprescindível que haja prejuízo patrimonial, sendo admitida a figura do dano presumido.
D. ( )	Apesar de haver independência entre as instâncias jurídicas (civil, penal e

	administrativa) na persecução da improbidade administrativa, havendo aplicação de multa pelo TCU, não se pode aplicar multa civil em sentença condenatória de ação de civil de improbidade administrativa.
E. ( )	A multa civil e o ressarcimento, em caso de condenação em ação civil de improbidade administrativa, devem ser aplicados separadamente, sob pena de ocorrência de <i>bis in idem</i> .

**16. Considere as afirmativas abaixo e responda o que se pede:**

**I – Segundo a jurisprudência do STJ, a regular aprovação em concurso público em posição classificatória compatível com as vagas previstas em edital confere ao candidato direito subjetivo a nomeação e posse dentro do período de validade do certame. Porém, se a Administração, durante o prazo de validade de concurso, contrata terceiros em situação precária para exercer cargos vagos, está obrigada a preenchê-los imediatamente, com nomeação e posse de candidatos aprovados, descabendo falar, nesta hipótese, em discricionariedade administrativa em nomear os aprovados dentro do número de vagas previstas no edital no lapso temporal de validade do certame, não incidindo, inclusive, os limites de despesa com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.**

**II - O tema relacionado à nomeação de candidatos aprovados em concurso público tem sido objeto de profundos debates e grande evolução no âmbito dos Tribunais Superiores. O Supremo Tribunal Federal, em julgamento submetido ao regime de repercussão geral, estabeleceu os princípios constitucionais (segurança jurídica, boa-fé e proteção à confiança) e os limites que regem a nomeação de candidatos aprovados em concurso público e a adequação da Administração Pública para a composição de seus quadros. O importante julgado da Corte Constitucional também estabeleceu que em situações excepcionais, a Administração Pública pode justificar o não cumprimento do dever de nomeação do candidato aprovado em certame, as quais serão efetivamente motivadas pelo administrador e sujeitas ao controle do Poder Judiciário, e desde que presentes os seguintes requisitos: superveniência, imprevisibilidade, gravidade e necessidade.**

A. ( )	As afirmativas I e II estão corretas e a afirmativa II justifica a afirmativa I.
B. ( )	As afirmativas I e II estão corretas, mas a afirmativa II não justifica a afirmativa I.
C. ( )	A afirmativa I está errada e a afirmativa II está correta.
D. ( )	A afirmativa I está correta e a afirmativa II está errada.
E. ( )	Ambas as afirmativas estão erradas.

**17. Sobre licitações e contratos administrativos, assinale a alternativa correta:**

A. ( )	É vedado ao agente público estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas
--------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, todavia, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e as demais organizações sob o controle direto ou indireto da União darão preferência, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação, a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País.
B. ( )	Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras, ainda que mediante prévia justificativa da autoridade competente, não podem exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal.
C. ( )	Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes, sendo necessário, todavia, que todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações tenham como expressão monetária a moeda corrente nacional.
D. ( )	Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ainda que o local de prestação do serviço seja o exterior.
E. ( )	Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem, sendo nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), feitas em regime de adiantamento.

**18. Assinale a alternativa INCORRETA:**

A. ( )	Cabe ao Estado arcar com honorários periciais, na hipótese em que houver sucumbência por parte do beneficiário da assistência judiciária, em razão de ser dever constitucional daquele, prestar assistência judiciária aos hipossuficientes.
B. ( )	É cabível a responsabilidade do Estado por danos físicos causados em decorrência de acidente sofrido durante atividades castrenses.
C. ( )	Em ação de indenização por morte de parente, detento, ocorrida dentro de

	estabelecimento prisional, não é necessário perquirir eventual culpa/omissão da Administração Pública, já que a responsabilidade civil estatal pela integridade dos presidiários é objetiva em face dos riscos inerentes ao meio em que eles estão inseridos por uma conduta do próprio Estado.
D. ( )	A Primeira Seção do STJ, consolidou o entendimento de que os prazos prescricionais do Código Civil não são aplicados a ações movidas contra a Fazenda Pública, prevalecendo o prazo quinquenal previsto no Decreto n. 20.910/32.
E. ( )	A jurisprudência, tanto a do STF como a do STJ, é firme no sentido de que se aplica a teoria da responsabilidade objetiva nos casos de ato omissivo estatal.

**DIREITO PENAL**

**19. Caio e Heitor, agindo em coautoria, mediante grave ameaça exercida contra o genitor de Caio, conseguem dele subtrair a quantia de dez mil reais em espécie, estando ambos os autores cientes de que a vítima era o genitor de Caio. Nesse caso:**

A. ( )	Caio e Heitor responderão por <i>roubo</i> , mas Caio estará isento de pena porquanto amparado por escusa absolutória.
B. ( )	Caio e Heitor responderão por <i>roubo</i> , militando unicamente em desfavor de Caio a circunstância agravante de haver cometido o delito contra ascendente.
C. ( )	Caio e Heitor responderão por <i>roubo</i> , militando em desfavor de ambos a circunstância agravante de haverem cometido o delito contra o ascendente de um deles, tendo em vista que, nesse caso, haverá a comunicabilidade das circunstâncias e condições de caráter pessoal de Caio para Heitor.
D. ( )	Caio e Heitor não sofrerão qualquer pena, uma vez que ambos agiram sob o amparo de escusa absolutória.
E. ( )	Caio e Heitor somente estarão sujeitos à reprimenda penal se o pai de Caio tiver mais de sessenta anos.

**20. A incidência do princípio da insignificância ou bagatela:**

A. ( )	Torna a conduta lícita.
B. ( )	Exclui a tipicidade material da conduta.
C. ( )	Exclui a culpabilidade da conduta, a qual continua a ser típica e antijurídica.
D. ( )	Não exclui o crime, mas isenta o agente de pena.
E. ( )	Dá ensejo ao perdão judicial.

**21. Quanto à culpabilidade, marque a opção que traduza a assertiva correta:**

A. ( )	São causas de exclusão da culpabilidade do agente, dentre outras, a coação moral irresistível, o erro de tipo escusável, a inexigibilidade de conduta diversa e a legítima defesa putativa.
B. ( )	No dolo eventual, o agente não prevê o resultado delituoso de sua conduta, embora tal resultado seja previsível.

C. ( )	Na culpa inconsciente o resultado criminoso da ação é imprevisível.
D. ( )	A culpa inconsciente diferencia-se do dolo eventual pelo fato de que naquela o agente se interessa pelo resultado de sua ação, crendo equivocadamente que o delito não acontecerá, ao passo em que neste o resultado criminoso da conduta é indiferente ao agente.
E. ( )	O dolo direto, em que o agente age no deliberado intuito de cometer o crime, é mais grave que o dolo eventual, no qual o agente apenas assume o risco de produzir o resultado, de modo que, segundo o Código Penal, a pena aplicável ao crime praticado com dolo direto deve ser maior do que a pena aplicada ao crime resultante de dolo eventual.

**22. Quanto às causas de extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta:**

A. ( )	A jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores aceita o reconhecimento antecipado da prescrição retroativa
B. ( )	Segundo o STF, em se tratando de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.
C. ( )	As hipóteses de clemência soberana não se incluem dentre as causas de extinção da punibilidade.
D. ( )	A perempção é causa de extinção da punibilidade cujos efeitos somente se operam em casos de crimes apurados mediante ação penal privada subsidiária da pública.
E. ( )	Os casos de perdão judicial não guardam relação com o princípio da bagatela imprópria, por meio do qual se permite que o julgador, mesmo diante de um fato típico, deixe de aplicar a pena em razão desta ter se tornado desnecessária, diante da verificação de determinados requisitos.

**23. Quanto à aplicação e à dosimetria da pena, assinale a alternativa correta:**

A. ( )	Após fixar a pena base, o juiz deve analisar as causas de diminuição e aumento de pena, para, somente depois, verificar a existência de atenuantes e agravantes.
B. ( )	O elenco legal de circunstâncias agravantes é previsto em rol taxativo e exaustivo, o que não ocorre com o elenco legal de circunstâncias atenuantes, de maneira que o juiz, ao proferir sentença condenatória, poderá sempre diminuir a pena do agente com fundamento em circunstância que, em sua análise, possa ser tida como atenuante, ainda que não legalmente prevista.
C. ( )	A fixação da pena de multa não se submete ao sistema trifásico, o qual somente se aplica às penas privativas de liberdade.
D. ( )	Sendo inteiramente favorável ao réu a análise das circunstâncias judiciais, pode o juiz fixar-lhe a pena-base em patamar inferior à pena mínima prevista, em abstrato, para o delito.
E. ( )	Segundo o STJ, a incidência da circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena a patamar inferior ao mínimo legal.

**24. Quanto aos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta:**

A. ( )	O crime de <i>falsidade ideológica</i> (art. 299 do Código Penal) usualmente tem sua materialidade comprovada por meio exame pericial, por meio do qual torna-se possível constatar a adulteração do documento.
B. ( )	Nos crimes de <i>falsificação de documento público</i> (art. 297 do Código Penal) e de <i>falsificação de documento particular</i> (art. 298 do Código Penal) a adulteração incide sobre os elementos intrínsecos do documento, e não sobre a sua forma.
C. ( )	Segundo o STF, o princípio constitucional da autodefesa (art. 5º, inciso LXIII, da CF/88) não alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar maus antecedentes, sendo, portanto, típica a conduta praticada pelo agente em tais circunstâncias, o qual responderá pela prática do crime de <i>falsa identidade</i> (art. 307 do Código Penal).
D. ( )	Pratica o crime de <i>falsidade ideológica</i> (art. 299 do Código Penal) o agente que omite, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, crime esse que, nessa hipótese, é tido por crime omissivo impróprio, não admitindo a tentativa.
E. ( )	e) Segundo a jurisprudência majoritária do STJ, quando a falsificação de documento público é perpetrada unicamente como meio para a prática de estelionato, exaurindo-se o falso no referido estelionato, sem mais potencialidade lesiva, responderá o agente pelos crimes de <i>falsificação de documento público</i> e de <i>estelionato</i> , em concurso formal próprio.

**25. Quanto aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:**

A. ( )	A <i>corrupção ativa</i> é crime material, e, como tal, somente se consuma quando o funcionário público aceita a vantagem ou aceita a promessa de vantagem oferecida, mesmo que, em razão da oferta, não venha efetivamente a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
B. ( )	No crime de <i>falso testemunho</i> , o parâmetro de aferição da falsidade não é o contraste entre o relato testemunhal e a realidade dos fatos, mas sim a diferença entre o depoimento prestado e a ciência da testemunha acerca dos fatos que narrou.
C. ( )	Empregado de empresa prestadora de serviço contratada para a execução de atividade típica da administração pública não se equipara a funcionário público para efeitos penais.
D. ( )	Comete o crime de <i>prevaricação</i> o funcionário público que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da sua qualidade de funcionário.
E. ( )	Comete o crime de <i>emprego irregular de verbas ou rendas públicas</i> o funcionário público que desvia para sua conta bancária pessoal verbas públicas destinadas a programas de saúde, de que tinha a posse em razão do seu cargo.

**26. Sobre os crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e de lavagem de dinheiro, assinale a alternativa correta:**

A. ( )	O <i>porte ilegal de arma de fogo de uso permitido</i> é considerado crime de dano, de modo que, para a sua consumação, faz-se imprescindível a ocorrência de dano efetivo à vida ou à integridade física de terceiros.
B. ( )	Segundo a jurisprudência majoritária do STF, o porte ilegal de arma de fogo desmuniada não configura delito, uma vez que a arma de fogo desmuniada não é instrumento apto a colocar em perigo a vida ou a incolumidade física de terceiros.
C. ( )	Para a configuração do crime de <i>lavagem de dinheiro</i> não é necessária a prova cabal do crime antecedente, mas a demonstração de indícios suficientes da existência do crime antecedente.
D. ( )	O crime de <i>lavagem de dinheiro</i> é tido como crime funcional próprio.
E. ( )	O porte de arma de brinquedo caracteriza o delito de <i>porte ilegal de arma de fogo de uso permitido</i> .

**DIREITO CIVIL**

**27. Dos enunciados:**

**I – Se durante a *vacatio legis* ocorrer nova publicação do texto da lei, visando correções de erros materiais ou falha de ortografia, o prazo da obrigatoriedade da lei começará a correr da nova publicação.**

**II – Se a correção ocorrer após a entrada da lei em vigor, isto é, após a *vacatio legis*, as correções são consideradas lei nova, devendo submeter-se ao prazo da *vacatio legis*, conforme regra geral.**

**III – O prazo da *vacatio legis* não se aplica a decretos e regulamentos, cuja obrigatoriedade inicia-se com a própria publicação, salvo se dispuseram ao contrário.**

**IV – O prazo da *vacatio legis* conta-se com a exclusão do dia do começo (publicação oficial) e incluindo-se o dia do vencimento.**

**V – A lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a eficácia. Há no nosso sistema o efeito repristinatório, isto é, o efeito restaurador da lei antiga, em virtude da revogação da lei revogadora, a não ser que a nova lei expressamente determinar a repristinação ou revigoramento da lei antiga, com pronunciamento expresso do legislador neste sentido.**

**Estão corretos:**

A. ( )	Apenas I, II e IV
B. ( )	Apenas II, III e V
C. ( )	Apenas I, II e III
D. ( )	Apenas I, II e V
E. ( )	Apenas III, IV e V

**28. Das afirmações:**

**I – Segundo o Código Civil são absolutamente incapazes: menores de 16 anos; os que por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil; e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.**

**II - A nossa lei admite os chamados intervalos lúcidos. Assim, se declarado incapaz, os atos praticados pelo privado de discernimento serão nulos, a não ser que se demonstre que, naquele momento, encontrava-se lúcido.**

**III - A velhice ou senilidade, por si só, não é causa de limitação da capacidade, salvo se motivar um estado patológico que afete o estado mental.**

**IV - Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos são considerados pessoas absolutamente incapazes.**

**V - Certos atos os incapazes relativamente podem praticar sem a assistência de seu assistente legal. É o caso dos maiores de 16 anos e menores de 18 anos, que podem ser testemunha (art. 228, I), aceitar mandato (art. 666), fazer testamento (art. 1.860, parágrafo único), casar (art. 1.517) e ser eleitor, por exemplo.**

**Estão corretas:**

A. ( )	Apenas I, II e IV
B. ( )	Apenas I, III e V
C. ( )	Apenas II, III e V
D. ( )	Apenas I, II e III
E. ( )	Apenas III, IV e V

**29. Dos enunciados:**

**I - Fungíveis são os móveis que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade. Infungíveis são os que não comportam esse atributo de substituição, porque são encarados de acordo com as suas qualidades individuais.**

**II - A fungibilidade resulta só da natureza do bem e nunca da vontade das partes.**

**III - Além das coisas consumíveis por sua natureza, que desaparecem com o primeiro uso, a lei classifica igualmente como consumíveis as que se destinam a alienação.**

**IV - São divisíveis os bens que se podem fracionar em porções reais e distintas, formando cada qual um todo perfeito. Cada segmento repartido mantém a qualidade do todo.**

**V - O Código Civil não incluiu no rol dos bens acessórios as pertencas. Pertencas são bens móveis que não constituem parte integrante (como são frutos, produtos e benfeitorias) do bem principal, mas estão afetados de forma duradoura ao serviço ou ornamentação.**

**Estão corretos:**

A. ( )	Apenas I, III e IV
B. ( )	Apenas I, II, e V
C. ( )	Apenas II, III e V
D. ( )	Apenas II, IV e V
E. ( )	Apenas III, IV e V

**30. Assinale a alternativa correta, considerando Falso (F) ou Verdadeiro (V) os enunciados adiante:**

**I - O consentimento do beneficiário é essencial para a validade da estipulação em favor de terceiro, mas é imprescindível para a sua eficácia.**  
**II - O contrato de compra e venda não gera, por si mesmo, a transferência da propriedade.**

**III - A teoria da imprevisão não se aplica aos contratos de execução diferida.**

**IV - A fixação do preço implica em nulidade do contrato de compra e venda.**

A. ( )	F V F V
B. ( )	F V V V
C. ( )	V V V V
D. ( )	V F V F
E. ( )	V V V F

**31. Assinale a alternativa correta, considerando Falso (F) ou Verdadeiro (V) os enunciados adiante:**

**I - O inadimplemento de uma obrigação pelo devedor é causa de resolução do contrato, podendo a parte prejudicada pleitear, além da resolução do contrato, indenização pelos prejuízos, que abrangem o dano emergente e o lucro cessante.**

**II - Devido a acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, no contrato de execução continuada, o contratante que estiver na iminência de tornar-se inadimplente pela dificuldade em cumprir a obrigação assumida poderá pleitear judicialmente a resolução do contrato por onerosidade excessiva ou pedir o reajuste das prestações em bases razoáveis.**

**III - Ante a impossibilidade de cumprimento obrigacional pela onerosidade excessiva, deve a parte prejudicada requerer judicialmente a revisão do contrato, podendo a outra parte se opor a esse pedido, pleiteando a resolução do contrato sem pagamento de qualquer indenização.**

**IV - O desequilíbrio econômico do contrato não é motivo suficiente para que ele possa ensejar a sua modificação ou resolução no interesse da comutatividade dos contratos.**

A. ( )	F V F V
B. ( )	F V V F
C. ( )	F F F F
D. ( )	V V V F
E. ( )	V F V F

**32. Com base nas assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:**

**I - A proposta possui força vinculante para o solicitante.**

**II - No contrato unilateral uma parte obtém vantagem e a outra suporta o ônus. Por sua vez, no bilateral temos prestações recíprocas.**

**III - De acordo com os princípios clássicos deve-se considerar tanto na execução quanto na conclusão dos contratos a vontade e consentimento das partes, bem como a influência que o contrato possui no meio social.**

**IV - Relacionando erro substancial e vício redibitório temos que o vício redibitório é um defeito da própria coisa e o erro substancial refere-se ao conhecimento acerca da natureza do ato, do objeto principal ou as qualidades essenciais a ele.**

A. ( )	Apenas I, II, III e IV estão corretas
B. ( )	Apenas II, III e IV estão corretas
C. ( )	Apenas I, II e IV estão corretas
D. ( )	Apenas I, III e IV estão corretas
E. ( )	Apenas I, II e III estão corretas

**33. Dos enunciados:**

**I – O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou contra o espólio, observado o segredo de Justiça.**

**II – O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento pode ser feito por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório.**

**III – O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.**

**IV – Qualquer pessoa, que justo interesse tenha, pode contestar a ação de investigação de paternidade, ou maternidade.**

**V – Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos, a qualquer tempo, depois de estabelecida a convivência conjugal.**

**Estão corretos:**

A. ( )	Apenas I, II e III
B. ( )	Apenas II, III e IV
C. ( )	Apenas III, IV e V
D. ( )	Apenas I, II e V
E. ( )	Apenas I, IV e V

**34. Das assertivas:**

**I – Mesmo quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, será aplicada, sempre que possível, a guarda compartilhada.**

**II – É requisito para o divórcio extrajudicial a prévia separação judicial por mais de um ano, ou ainda a separação de fato por mais de dois anos.**

**III – Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge a ignorância, anterior ao matrimônio, de defeito físico irremediável, ou de moléstia grave e transmissível, pelo contágio ou herança, capaz de pôr em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência.**

**IV – Considera-se forma de alienação parental o ato de mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.**

**V – São excluídos do regime da comunhão parcial de bens os adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior, como no caso de prêmio da loteria.**

**Está(ão) INCORRETA(S):**

A. ( )	Apenas a I
B. ( )	Apenas II e III
C. ( )	Apenas III, IV e V
D. ( )	Apenas II e V
E. ( )	Apenas I e IV

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**35. O que dizer a respeito da efetividade da jurisdição:**

A. ( )	Efetividade significa rapidez e segurança na prolação da sentença.
B. ( )	Efetividade significa proteção e satisfatividade ao mesmo tempo.

C. ( )	Efetividade é sinônimo de tempestividade e adequação da tutela jurisdicional.
D. ( )	Efetividade é sinônimo de sentença favorável.
E. ( )	Efetividade é sinônimo de êxito na execução.

**36. Assinale a opção INCORRETA:**

A. ( )	Inexiste mérito no processo de execução.
B. ( )	Não há pretensão sem interesse, mas há interesse sem pretensão.
C. ( )	Toda lide pressupõe interesse e pretensão.
D. ( )	A ação representa o direito subjetivo material em movimento
E. ( )	O mérito corresponde ao pedido deduzido em juízo.

**37. Assinale a opção correta:**

A. ( )	Toda medida liminar é medida de urgência.
B. ( )	A urgência é característica comum sempre presente na antecipação de tutela e na tutela cautelar.
C. ( )	A cautelar satisfativa se assemelha à antecipação de tutela.
D. ( )	A irreversibilidade do provimento e a reversibilidade dos efeitos são características da antecipação de tutela.
E. ( )	A tutela jurisdicional ou protege ou satisfaz.

**38. São exemplos de violação ao princípio da boa-fé objetiva no processo civil, EXCETO:**

A. ( )	A parte que interpõe recurso inadequado fundada em dúvida objetiva.
B. ( )	A parte que recorre de uma decisão que já havia manifestado sua aceitação.
C. ( )	A parte que pede a invalidação de um ato cujo defeito foi ela quem deu causa.
D. ( )	A parte que exerce seu direito de defesa destituído de fundamento.
E. ( )	A parte que produz prova desnecessária.

**39. Assinale a opção correta no tocante aos processos de conhecimento, execução e cautelar:**

A. ( )	Toda tutela jurisdicional visa o acertamento do direito da parte.
B. ( )	Nos processos de conhecimento e de execução a tutela é satisfativa e o direito da parte legalmente certo.
C. ( )	Os processos de conhecimento e cautelar se encerram com a prolação de uma sentença definitiva.
D. ( )	A execução pressupõe o acertamento prévio do direito e o risco de dano grave ou de difícil reparação ao credor.
E. ( )	A tutela de execução e a tutela cautelar se traduzem em medidas concretas que repercutem no mundo dos fatos.

**40. O julgamento conforme o estado do processo pressupõe:**

A. ( )	A valoração das provas pelo juiz.
B. ( )	A rejeição do pedido do autor.
C. ( )	A extinção do processo ou o julgamento antecipado da lide.
D. ( )	A realização de audiência preliminar.
E. ( )	A observância do procedimento sumário.

**41. A respeito da defesa dos interesses difusos e coletivos, assinale a opção INCORRETA:**

A. ( )	A coisa julgada na defesa de interesses coletivos tem alcance <i>ultra partes</i> , salvo se a sentença for de improcedência por insuficiência de provas.
B. ( )	Aquele que tenha proposto ação própria para a defesa de uma lesão individual poderá requerer a sua suspensão e optar entre habilitar-se ou não como litisconsorte na ação coletiva ou ação civil pública.
C. ( )	Proposta ação individual, e não sendo ela suspensa em decorrência da propositura de ação coletiva ou civil pública, o autor não será atingido pela coisa julgada nestas produzidas, seja a sentença de procedência ou improcedência.
D. ( )	Os sucessores das pessoas lesadas individualmente não poderão beneficiar-se da sentença de procedência em ação civil pública ou ação coletiva, visando à proteção de interesses difusos.
E. ( )	Com o trânsito em julgado da ação coletiva reconhecendo a existência do fato danoso, resta ao individualmente lesado, mesmo sem habilitação litisconsorcial, requerer a liquidação da sentença a fim apurar os danos particularmente sofridos.

**42. Assinale a opção correta:**

A. ( )	É definitiva e não provisória a execução de multa fixada em antecipação de tutela não desafiada por agravo de instrumento.
B. ( )	Fica sem efeito a execução provisória, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença, restituindo-se as coisas ao estado anterior.
C. ( )	São princípios fundamentais dos recursos previstos no CPC: o duplo grau de jurisdição, a taxatividade, a singularidade, a fungibilidade e a garantia da <i>reformatio in pejus</i> .
D. ( )	A repercussão geral é um requisito específico de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.
E. ( )	Os juizados especiais não são competentes para executar multa decorrente de sua própria condenação, cujo valor exceda a 40 salários mínimos.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**43. Relativamente ao inquérito policial, analise as afirmativas a seguir:**

**I - Trata-se de procedimento escrito, inquisitivo, sigiloso, informativo e disponível.**

**II - A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito policial.**

**III - O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.**

**IV - Nos casos previstos na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), deverá o inquérito policial ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto.**

**Assinale:**

A. ( )	Se somente a afirmativa I estiver correta
B. ( )	Se somente a afirmativa II estiver correta
C. ( )	Se somente as afirmativas II e III estiverem corretas
D. ( )	Se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas
E. ( )	Se todas as afirmativas estiverem incorretas

**44. No que se refere às disposições acerca da competência para conhecimento e julgamento de feitos penais, assinale a alternativa INCORRETA:**

A. ( )	A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a militar
B. ( )	No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri.
C. ( )	Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
D. ( )	No concurso de jurisdições da mesma categoria preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave.
E. ( )	Compete privativamente aos Tribunais de Justiça julgar os juizes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

**45. No que se refere ao tema das citações e intimações, assinale a opção correta:**

A. ( )	É inadmissível no processo penal a citação por hora certa, uma vez que a única forma de citação ficta prevista no CPP é a editalícia.
B. ( )	O réu preso deve ser citado pessoalmente, com a comunicação da audiência ao diretor do estabelecimento prisional.
C. ( )	Se o réu estiver preso, em qualquer ponto de comarcas contíguas, será citado pela via eletrônica, nos termos da Lei nº 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.
D. ( )	No rito do júri, a intimação da pronúncia do acusado solto em hipótese alguma poderá ser efetivada por edital, para que se evite uma possível crise de instância.
E. ( )	Quando o réu estiver no território de outra comarca ou em outro país, será citado por carta registrada com aviso de recebimento.

**46. A prisão preventiva é medida cautelar de constrição da liberdade do indiciado ou réu, quando estiverem preenchidos os requisitos legais e ocorrerem os motivos autorizadores. Sobre a prisão preventiva, assinale a alternativa INCORRETA:**

A. ( )	Será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.
--------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

B. ( )	A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva não precisa ser motivada.
C. ( )	Será admitida a decretação da prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
D. ( )	Será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.
E. ( )	O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

**47. Acerca das provas no processo penal, marque a alternativa correta:**

A. ( )	O sistema da persuasão racional é o que prevalece no tribunal do júri.
B. ( )	Na falta de perito oficial, o exame de corpo de delito será realizado por 03 (três) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
C. ( )	A prova, ainda que produzida por iniciativa de uma das partes, pertence ao processo e pode ser utilizada por todos os participantes da relação processual, destinando-se à apuração da verdade dos fatos alegados.
D. ( )	O juiz ficará adstrito ao laudo pericial, não podendo rejeitá-lo em qualquer hipótese.
E. ( )	O juiz sempre permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, por serem imprescindíveis ao esclarecimento do fato.

**48. Em relação aos procedimentos criminais, analise as afirmações abaixo e assinale a correta:**

A. ( )	O procedimento comum será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 8 (oito) anos de pena privativa de liberdade.
B. ( )	Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias.
C. ( )	O registro dos depoimentos do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas não poderá ser feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia, digital ou técnica similar, inclusive audiovisual.
D. ( )	Quando o Juizado Especial Criminal encaminhar as peças ao Juízo Criminal adotar-se-á o procedimento sumaríssimo.
E. ( )	Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e

	sumaríssimo as disposições do procedimento ordinário.
--	-------------------------------------------------------

**49. Assinale a alternativa que contempla as possíveis decisões que poderão ser tomadas ao final da primeira fase do procedimento dos crimes de competência do júri:**

A. ( )	Pronúncia, impronúncia, desclassificação e condenação sumária.
B. ( )	Pronúncia, impronúncia, despronúncia e desclassificação.
C. ( )	Pronúncia, impronúncia, despronúncia e absolvição sumária.
D. ( )	Pronúncia, despronúncia, desclassificação e arquivamento.
E. ( )	Pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária.

**50. Acerca das disposições gerais sobre os recursos criminais, assinale a opção correta:**

A. ( )	O Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto com fundamento no princípio da taxatividade.
B. ( )	O recurso não poderá ser interposto pelo réu, pois tal ato é exclusivo de advogado.
C. ( )	No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
D. ( )	Admite-se recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão, tendo em vista a regra do processo penal de que os recursos deverão ser interpostos, de ofício, pelo juiz.
E. ( )	Ainda que haja má-fé, em face do princípio da fungibilidade recursal, que possui natureza absoluta no direito processual penal, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.